

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

Ata da 20ª Reunião Ordinária do 3º Ano Legislativo, da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de São Bento do Sul, realizada no dia 13 de maio de 2019. Aos treze dias do mês de maio, do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, em São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, nas dependências da Câmara Municipal, sito à Rua Vigando Kock, nº 69. Presentes a totalidade dos senhores Vereadores. Reuniu-se a Câmara Municipal, em sessão ordinária, sob a presidência do Vereador Peter Alexandre Kneubuehler e secretariada pelo Vereador Marco Rodrigo Redlich. Havendo quórum legal, em nome de Deus foi aberta a sessão. Feita a leitura do artigo 77, do Estatuto da Criança e do Adolescente, pelo Vereador Daguimar Nogueira. **ATA:** Discutidas e aprovadas as Ata da 19ª reunião ordinária e da 1ª extraordinária, ambas deste terceiro ano Legislativo da 18ª Legislatura. **EXPEDIENTE:** Do Expediente constou: Ofício 183/2019 do Executivo Municipal em resposta ao Requerimento de Informação 138; Ofício 185/2019 solicitando a substituição de página do Veto 001/2019; Ofício 187/2019 acusando o recebimento de Indicações; Ofício 189/2019 solicitando a retirada e a devolução dos Projetos de Lei 265/2019 e 175/2019; Ofício 191/2019 informando a promulgação de Leis; Ofício 192/2019 em resposta ao Requerimento de Informação 140/2019; Balancetes dos meses de dezembro de 2018 e de janeiro à abril de 2019 da Fundação Municipal de Desportos; Projeto Legislativo 089/2019 do vereador Claudiomar Wotroba: Altera o art. 1º da Lei 280/1988, de 24 de agosto de 1988; Projeto Legislativo 090/2019 do vereador Fernando Mallon: Obriga o SAMAE a incluir a TBO – (Tarifa Básica Operacional) e seus devidos valores na fatura de água e esgoto; Requerimento 143/2019 do vereador Daguimar Nogueira propondo Tribuna Popular Livre para o dia 27 de maio; Requerimento de Informação 143/2019 do vereador Jaime Pedro Ferreira de Lima; Indicação 1574/2019 do vereador Claudiomar Wotroba; Indicações 1575/2019 e 1576/2019 do vereador Daguimar Nogueira; Ofício da Móvel Brasil e Requerimento de Certificado de Regularidade do Clube Soroptimista de São Bento do Sul. **Correspondência Expedida:** Os ofícios expedidos constam da pauta, que é parte integrante da presente Ata. **ORDEM DO DIA:** Dentro da ordem do dia, o Senhor Presidente, encaminhou para as Comissões Técnicas, os Projetos Legislativos 089/2019 e 090/2019 e o Requerimento de Certificado de Regularidade do Clube Soroptimista de São Bento do Sul. Encaminhou para a Comissão de Finanças, Contas e Orçamento os balancetes da Fundação Municipal de Desportos. O presidente colocou em discussões únicas a Moção 109/2019, Moção 110/2019 e Moção 111/2019, pois as mesmas possuem o mesmo objeto, apesar de serem diferentes em sua redação, desta forma as discussões ocorreram em bloco. O vereador Fernando Mallon relatou que a Moção realizada pelo vereador Edimar Geraldo Salomon fora destinada ao Governador de Santa Catarina, já as Moções de autoria do vereador Claudiomar Wotroba e Marco Rodrigo Redlich são destinadas a assembleia legislativa, sendo a primeira uma Moção de Apelo e a segunda Moção de Repúdio, visto que todas as Moções os assuntos são os mesmos, entretanto, para destinos diferentes. Na opinião e sugestão do vereador Fernando Mallon as Moções 109/2019 e 111/2019 poderiam ser uma só, e como a Moção de Repúdio possui mais força, designar

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

desta forma, pois demonstra maior indignação. Ressaltou que de qualquer forma é favorável as Moções. O vereador Claudiomar Wotroba colocou que sua Moção é de Apelo por já estar na LDO e torcem para que os deputados tomem consciência para rever a questão de retirar os R\$ 47 milhões de verbas da UDESC, pois sabe-se a importância deste instituto e não somente para São Bento do Sul, mas também para as mais doze unidades existentes em outras cidades, visto que há trinta e dois polos em Santa Catarina com mais de quinze mil alunos, e se houver essa retirada de verba, vai prejudicar muito o profissionalismo dos alunos que frequentam a UDESC, pois sabemos, alegou o vereador, que as empresas de São Bento do Sul obtiveram um grande desenvolvimento em função do apoio dado aos funcionários para inserirem-se nos cursos, para que as empresas possam ter um profissional formado, desta forma apelam para que não retirem esta verba e que algum deputado ou governador faça uma emenda para que retire este projeto com esse texto. O vereador Edimar Geraldo Salomon relatou que anteriormente fizeram uma reunião com o diretor do Campus da UDESC, onde o mesmo sugeriu para que a Moção fosse de Repúdio, entretanto, farão uma Moção de Apelo ao Governador do Estado, até concorda com o vereador Fernando Mallon, mas se for para unir as duas, até pode, mas conversaram com os vereadores de Rio Negrinho e Campo Alegre que também farão a Moção, pois estas cidades também possuem alunos na UDESC e seria interessante a união das forças em prol da única Universidade gratuita que temos no Planalto Norte, neste mesmo sentido, não podem concordar com o corte que houve, visto que o orçamento que tinham era de 2,49% e caiu para 2,24%, nesta queda reduz-se o orçamento da UDESC em 10%, o vereador mostrou tamanha indignação, e falou que o governo pode fazer cortes onde bem entender exceto em Saúde e Educação, em sua opinião. Desta forma fizeram esta Moção de Apelo ao Governador do Estado para que ele reveja esse corte orçamentário. O vereador sugeriu para que os demais vereadores subscrevessem a Moção para mostrar mais força, relatando a tamanha importância, onde relatou que até mesmo o Instituto Federal sofreu com esse corte, visto que talvez sobrevivam até outubro, depois cessam, por que essa é a verba de custeio e não pode haver esse corte. O vereador Marco Rodrigo Redlich mostrou-se favorável às três Moções e relatou também que conversaram sobre a possibilidade de unificar as Moções, mas pelos motivos que já foram comentados, onde teriam que fazer o requerimento para retirar, depois apresentar, para posteriormente passar pelas comissões novamente, levando mais duas sessões e esse assunto é urgente, sendo necessário que essas Moções cheguem o quanto antes no Governador do Estado, mas especificamente para assembleia legislativa em seu caso, por que o Governo do Estado já enviou para assembleia, já está tramitando nesta, sendo assim, neste momento necessitam do apoio dos Deputados Estaduais para que revejam essa questão. O vereador lembrou o que havia falado na última sessão, onde ocorreram cortes de duodécimo em mais entidades e não somente na UDESC, visto que houve realmente a necessidade de cortes, pois há vários anos se veem sobras de recursos nas entidades, porém, neste

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

“pacote” entrou a UDESC, a qual os vereadores não estão de acordo, por este motivo fizeram a Moção de Repúdio, por que a UDESC é ensino, pesquisa e extensão, desta forma, serão afetadas bolsas, Campus, cursos e não se pode aceitar pacificamente essa redução de investimento na Educação, principalmente da UDESC, que é um destaque em São Bento do Sul. Concordou com o vereador Edimar Geraldo Salomon para que todos os vereadores subscrevam as Moções para dar maior representatividade. O vereador Dagumar Nogueira mostrou-se favorável as Moções e colocou-se a disposição para assinar todas. Lembrou que existe uma agenda do Governador para São Bento do Sul e região para este mês ainda, desta forma, sugeriu para que fizessem uma documentação direcionada para esse momento, crê que é possível fazer mais alguma coisa. Ninguém mais querendo se manifestar colocou em votação a Moção 109/2019, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Colocou em votação a Moção 110/2019, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Colocou em discussão única o Requerimento de Informação 143/2019, o vereador Jaime Pedro Ferreira de Lima relatou que este Requerimento objetiva saber como está a real situação das Unidades de Saúde do município, quanto a sua segurança e as condições sanitárias que se encontram, pois sabe-se que existem diversos procedimentos e todos devem seguir esse protocolo, tanto estabelecimentos particulares quanto público. Alegou o vereador que as informações são bem simples, citou algumas solicitações, como por exemplo, “existe algum tipo de vistoria para testar as condições sanitárias e de segurança desses estabelecimentos? Com que frequência elas ocorrem? Há algum tipo de relatório sobre as vistorias? Qual a documentação necessária para que essas unidades possam operar em condições mínimas?”, alegou o vereador que existem muitas burocracias em nosso país, mas algumas coisas não podem ser deixadas de lado, desta forma, fez esse pedido de informação. O vereador Nivaldo Bogo manifestou-se favorável ao Requerimento de Informação, pois alegou ser de grande importância, e existem outros setores, não apenas da Saúde, e crê que deva ter surgido a ideia do Requerimento em função dos acontecimentos da semana passada, onde a Secretaria de Saúde foi interditada, a qual deveria ser exemplo para os demais órgãos e têm acontecido outras situações, onde a Vigilância Sanitária é uma secreta da Saúde, em estabelecimentos tem sido multado e interditado, desta forma é preciso que o exemplo venha de casa, e vê-se que a Secretaria da Saúde “tudo pode”. O vereador sugeriu que até cabe solicitar ao senhor Nilson para prestar alguns esclarecimentos em função do ocorrido, entretanto, como foi dito existem outras situações que levaram a exoneração do mesmo, mas precisam saber se foi ou não em função disso, que é uma situação grave. O vereador Jaime Pedro Ferreira de Lima afirmou que receberam algumas queixas com relação a Cruz Vermelha, onde o piso contem muitos cupins e está caindo, acarretando riscos. E algumas situações vêm ocorrendo no Posto Central, onde aparentemente não há alguns acessos para cadeirantes ou os banheiros estão quebrados, alegou que vários estabelecimentos há algo que não está de acordo com as normas da

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

Vigilância. O vereador Edimar Geraldo Salomon colocou-se favorável ao Requerimento, principalmente o que se diz respeito a Cruz Vermelha, pois o proprietário do prédio deve fazer a manutenção do mesmo, vendo que o valor do aluguel é alto e não providencia melhorias que devem ser feitas. Ninguém mais querendo se manifestar colocou em votação o Requerimento de Informação 143/2019, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Colocou em discussão única e em bloco os Requerimentos de Certificados de Regularidades da Apae; ACISBS; Cerene; IDI, Serviço de acolhimento institucional; IDI, Centro de atenção à família; Clube da Lady; Associação São Bentense de Taekwondo e Sindicato das Industrias da construção e do mobiliário de São Bento do Sul. Ninguém querendo se manifestar colocou em votação os Certificados de Regularidade 84/2019; 85/2019; 86/2019; 87/2019; 88/2019; 89/2019; 90/2019 e 91/2019, sendo os mesmos aprovados por unanimidade. Colocou em primeira discussão o Projeto de Lei Executivo 273/2019. O vereador Marco Rodrigo Redlich relatou que este Projeto se trata de uma alteração na Lei que rege o Conselho do Idoso de São Bento do Sul, a qual se tem a alteração do representante, onde na Lei original previa um participante do Turismo e agora ficou alterado para um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, o qual pode ser do Turismo que está englobado, mas não fica restrito ao Turismo. O vereador colocou que a convocação do Fórum que é realizada para as entidades não governamentais titulares suplentes serão eleitas bienalmente em Fórum, especialmente convocadas pelo Conselho Municipal do Idoso. A lei original prevê que a convocação era do prefeito, mas quem convoca o Fórum é o Conselho Municipal do Idoso, sendo assim, também está sendo alterado no artigo 3º da Lei. Está sendo acrescentado no artigo 1º mais um item que fala das competências deferir ou indeferir mediante de justificativas fundamentadas, pedidos de registros e inscrição e alterações subsequentes das entidades governamentais e não governamentais de defesa e atendimento aos direitos da pessoa idosa. Sendo assim, são basicamente essas alterações que estão sendo feitas na Lei 1847/2007. Ninguém mais querendo se manifestar o presidente informou que o referido Projeto de Lei será levado para segunda discussão em uma próxima sessão. Colocou em primeira discussão o Projeto de Lei 274/2019, ninguém querendo se manifestar o presidente informou que o referido Projeto de Lei será levado para segunda discussão em uma próxima sessão. Colocou em primeira discussão o Projeto de Lei 276/2019. O vereador Marco Rodrigo Redlich relatou que já discutiram este Projeto de Lei, porém era com outro número, porque fora retirado, e discutiu-se em plenário sobre o valor máximo estabelecido a ser pago pelos entes públicos municipais via processos administrativos ou conforme a Lei prevê, visto que eram 500 UFM (média de R\$ 4,22 por UFM), e sugeriu-se para que esse valor fosse aumentado para um valor próximo R\$ 5.000,00 como teto para fazer esses processos de ressarcimento de danos causados por funcionários ou algum trabalho que está sendo realizado ou que deixou de ser feito pelo município, desta forma, o Executivo acatou a sugestão, retirou o antigo projeto e protocolou o novo Projeto com 1.200 UFM (referente a mais de R\$ 5.000,00), o vereador

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

agradeceu ao Executivo por ter acatado a sugestão. O vereador Fernando Mallon relatou que ainda está um pouco baixo, pois era um valor estimado em 2005. Surgiu dúvidas ao vereador, pois a Lei 3435/2014 fala que não será objeto de pedidos administrativos de indenizações por danos morais, pois entenderam naquele momento que danos morais é muito subjetivo, que não caberia ao administrador público discutir sobre isso, porém, neste Projeto de Lei 276/2019 o artigo 2º fala “caso os danos apontados sejam superiores ao valor máximo de ressarcimento estabelecido no artigo anterior, poderá o interessado renunciar expressamente ao valor excedente de forma a se enquadrar nas regras e benefícios estabelecidos”, até então é o que menciona também na Lei 3435, mas em diante fala “ficando ciente que neste caso a renúncia implicará na quitação de todos os danos apontados, inclusive morais”, a partir disto, o vereador não consegue ver o alcance disso, por que a pessoa não vai poder pedir danos morais no pedido administrativo, mas ainda assim, terá que abrir mão de danos morais efetivamente, questionou o vereador. Sendo assim, a pessoa só poderá entrar com danos morais, mas abrirá mão dos danos morais, se aceitar fazer, o vereador não sabe se cabe essa condição. E colocou que a redação da impressão de que se a pessoa abrir mão do excedente, está abrindo mão dos danos morais. E se não está abrindo mão de nenhum valor excedente, exemplificou, se o cidadão pediu em danos materiais R\$ 4.000,00, recebeu esse valor, visto que ele não abriu mão de nenhum valor, sendo assim não está abrindo mão dos danos morais, pois é só no caso de exceder. O vereador crê que a última colocação fica desnecessária, por que não é esse objetivo, pois se ele quiser entrar na justiça requerendo danos morais, pode pedir, mesmo que ele tenha aberto mão de parte dos danos materiais, o vereador relatou que analisará o Projeto. Agradeceu o Executivo por ter acatado a sugestão. O vereador Edimar Geraldo Salomon agradeceu ao empenho do Líder do Governo e do próprio Executivo por ter acatado a sugestão dos vereadores. Concordou com a colocação do vereador Fernando Mallon e crê que a questão de danos morais não pode ser algo do Executivo e sim uma questão judicial, e deveria ser excluída essa parte sobre danos morais do Projeto. Ninguém mais querendo se manifestar o presidente informou que o referido Projeto de Lei será levado para segunda discussão em uma próxima sessão. **PALAVRA LIVRE:** Os vereadores **César Augusto Accorsi de Godoy** e **Peter Alexandre Kneubuehler** se abstiveram do uso da palavra. O vereador **Edimar Geraldo Salomon** deixou registrado o falecimento da senhora Sofia Fuckner, esposa do ex-funcionário da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, Eugênio Fuckner. O vereador relatou que esteve acompanhando uma questão que está acontecendo no Planalto Norte, mais precisamente em Itaiópolis, o que o fez voltar para os anos de 90, quando o falecido senhor Lourenço Schreiner governava o município e no governo anterior ao dele, tinha surgido à questão da raiva na região, lembrou que o prefeito contatou no primeiro ano junto com o Ministério da Saúde, onde fizeram imunização em todos os cachorros, e passou-se dois anos e o prefeito veio a Câmara de Vereadores e o vereador Edimar G. Salomon perguntou a ele se não continuará essas vacinações em relação à raiva, o mesmo falou que

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

não, só se houvesse outros problemas, e muitos anos depois esse problema voltou a surgir, desta forma, alertou o município de São Bento do Sul, junto ao Ministério da Saúde para reivindicar para nossa região essas vacinas. O vereador relatou que observou que a Prefeitura está avançando as calçadas adentro das ruas, há algumas, como por exemplo, na Rua da Caixa Econômica, fizeram um “bico de calçada” e se a pessoa não estiver atenta passa por cima da calçada, desta forma, ironizou, falando que a Prefeitura não precisará desmontar, os caminhões darão um jeito nisso. Outro exemplo é na Rua Marechal Floriano, quem sobe a Rua Augusto Klimmek e quebra a esquerda, não consegue virar se não fizer manobra para descer em direção ao Corpo de Bombeiros, bem como no Empório da Vó Alice, Rua Paulo Zschoerper, os caminhões precisam fazer manobras, para não subirem na calçada. Relatou também que em frente à Farmácia Catarinense, Rua Visconde de Taunay, as pessoas estão estacionadas, precisam sair do estacionamento e ir para rua, para poder pegar sentido o bairro Oxford, assim ele já sairia reto, controlando o retrovisor, mas como a calçada fechou a saída do estacionamento, pois fizeram um “bico de Calçada”, e ficou mais complicado. O vereador **Jaime Pedro Ferreira de Lima** parabenizou todos os profissionais de enfermagem pela passagem de seu dia, 12 de maio. Relatou que o maio amarelo está complicado, com acidentes e registro de três mortes, solicitou para que nosso trânsito seja mais seguro. Relatou também sobre o “bico de calçada” que ficou na Rua Paulo Zschoerper, e solicitou que o DETRU não permita que carros estacionem no outro lado, pois as pessoas estacionam bem na entrada desta rua e como a rua ficou estreita, ficou complicado. O vereador César Augusto Accorsi de Godoy relatou sobre o acontecimento de um comércio próximo a Loja Breithaupt, onde estavam fazendo propaganda da loja e contrataram uma pessoa a qual se vestiu de máscara, solicitou autorização do DETRU para que ele pudesse fazer uma “apresentação” com triciclo, mas foi negado, entretanto, mesmo assim o cidadão adentrou na rua na contra mão, dando “cavalinho de pau” em pleno maio amarelo, o vereador mostrou indignação com a repercussão que surtiu nas redes sócias e depois as pessoas falam para deixá-lo trabalhar, depois alguém se acidenta e questionam o que os vereadores estão fazendo e/ou como a Prefeitura não dá importância para isso. O vereador Jaime Pedro Ferreira de Lima encerra questionando onde está o erro em tudo isso. O vereador **Marco Rodrigo Redlich** relatou que acompanha de perto o trabalho das calçadas, e realmente recebeu reclamações referentes à largura das calçadas, o que dificulta para os veículos, e o que mais chamou atenção é a da Rua da Vó Alice, e concordou com o vereador Jaime P.F de Lima sobre a ocupação das duas vagas de estacionamento do lado oposto, o que dificulta principalmente para caminhões, entretanto foi medida a distância das calçadas, que possuem 7m50cm, e o mínimo para ter duas pistas é 6m80cm/7m, sendo assim possui 50cm a mais do necessário para ter duas pistas, o que pode atrapalhar é o raio de curva para quem vai adentrar com caminhões maiores devido aos carros estacionados nessas vagas. Entretanto, a ideia de alargar as calçadas é justamente priorizar o pedestre, sem com isso afetar o trânsito ou impossibilitar

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

de se locomover. Relatou sobre a Rua da Caixa Econômica, que realmente ficou bem larga a calçada e será feita uma faixa elevada da Loja Beber para a Farmácia do Sesi, afirmou que essas calçadas foram alargadas porque antigamente eram duas pistas, hoje só tem uma mão e só pode fazer a transferência de rua um carro de cada vez, visto que quando se encurta a distância de uma calçada à outra, está sendo favorecido o pedestre, outro ponto que fazem com que as calçadas sejam alargadas é para dar acessibilidade para o cadeirante. O vereador Fernando Mallon colocou que os alargamentos das calçadas também possibilita melhor visibilidade dos pedestres para a rua, segundo sua filha. Entretanto, o da Rua da Vó Alice está complicado e algumas pessoas invadirão as calçadas com seu veículo até se adaptarem com a mudança. O vereador Marco Rodrigo Redlich mencionou algumas calçadas que possuem rebaixamento e as que não possuem, onde as que não possuem terão faixa elevada, e essas novas faixas elevadas serão feitas com Paver, sendo uma continuação da calçada, favorecendo os pedestres. O vereador **Daguimar Nogueira** deixou registrados os eventos que ocorreram no bairro Alpestre no sábado das 13h00min às 17h30min, um da FLT do curso CBB, em parceria com a Sociedade Bíblica do Brasil, Regional de Curitiba e os Artistas de Cristo que vieram de Curitiba e fizeram uma atividade. E ao mesmo tempo também tinha uma atividade de final de curso, para concluir o curso de capacitação que é promovido pelo Instituto Federal Catarinense do ECA para os funcionários da rede de São Bento do Sul, e eles fizeram uma atividade extra também, onde deram palestras. Mesmo com a coincidência das datas, os eventos foram muito bem-sucedidos. Deixou registradas suas parabenizações para todas as mães, e em respeito de um acontecimento que chamou atenção nas redes sociais, onde uma criança era órfã de mãe, e seu pai vestiu-se de mãe a pedido de sua filha para uma apresentação na escola. Relatou sobre os acidentes que ocorreram neste final de semana, e dentre as três mortes, duas das vítimas era uma servidora pública e seu esposo, os quais deixaram três filhos. O vereador **Claudiomar Wotroba** relatou que deu entrada nesta data na Câmara de Vereadores um Projeto que altera a Lei 280/1988, solicitou a apreciação dos vereadores com urgência a pedido da EBM Rodolfo Berti, onde buscam o FIA (Fundo Especial da Infância e Adolescência) precisam dessa alteração que hoje é EBM Reunida, visto que o CNPJ ficará o mesmo. Colocou que alguns dias atrás deu entrada na casa o assunto relacionado à compra do terreno da CIDASC, o que surtiu bastante repercussão, e o vereador fez uma enquete para verificar o que os cidadãos acham da compra desse terreno, e observou que a maior parte das pessoas que votaram é contra. Falou que semana passada teve início o teste das novas mudanças do trânsito, o qual se estendeu por três dias, onde gerou alguns transtornos no primeiro dia e em seguida as pessoas foram se adaptando. No próximo dia iniciarão mais três dias de teste referente à Binária, desta vez. O vereador também fez uma enquete voltada a essa mudança, visto que até o momento, a classificação “mudança ruim” está na frente com uma pequena porcentagem a mais. Expôs que o bairro Cruzeiro e 25 de Julho também receberão um Binário. O vereador **Jairson Sabino** relatou sobre o

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

Requerimento de Informação que realizaram no dia 29 de março, destinado a Secretaria de Educação, o qual obtiveram respostas nos últimos dias, onde encaminhou anexos dos memorandos da Secretária de Finanças; Centro Vigilância da Saúde; altos de fiscalização emitidos pelo Corpo de Bombeiros Militares e todas as Unidades Educacionais da rede Municipal de Ensino, conforme a solicitação. São realizadas verificações nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, semanalmente são agendadas vistorias para verificações de condições de funcionamento; Realizam mensalmente relatórios de manutenções de pequenos reparos, da manutenção da parte elétrica de todas as Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, bem como, são desenvolvidos projetos para reformas das Unidades conforme necessidade e recursos financeiros. Comunicou que os prazos para apresentação dos projetos preventivos contra incêndio das seguintes unidades, o Centro de Educação Infantil Municipal Pingo de Gente e Pré-escola Municipal Sossego da Mamãe venceram no dia 20 e 22 de abril, respectivamente, foram prorrogados pelo Corpo de Bombeiros Militares de São Bento do Sul por mais trinta dias, visto que foi visto o vencimento após a solicitação do Requerimento e ainda pediram trinta dias de prazo para os Bombeiros. No CEIM Pingo de Gente, dentre outras situações, implantar brigada de incêndio para 20 de abril, implantar plano de emergência para 20 de abril, o que já se passou e não fora feito, da mesma forma a Pré-escola Municipal Sossego da Mamãe, para o dia 22 de abril e até então não fora feito. CEIM Raio de Sol, apresentação de projeto preventivo contra incêndio, implantar brigada de incêndio, implantar plano de emergência, dia 25 de março, está pendente. Na EBM Prefeito Alfredo Diener apresentação de projeto preventivo contra incêndio, implantar brigada de incêndio, implantar plano de emergência, 10 de abril, pendente, e afirmou o vereador que pelo visto vai ficar, infelizmente. Em resposta ao Requerimento de Informação sobre os alvarás de autorização de fiscalização emitidos pelo Corpo de Bombeiros nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, dos cento e vinte e sete laudos enviados pela Secretaria de Educação em resposta, cumpre-se observar que os projetos preventivos contra incêndios das Unidades citas venceram e foram prorrogadas pelo Corpo de Bombeiros Militares para mais trinta dias, sendo assim, o Requerimento serviu no mínimo para que a Secretaria de Educação fosse atrás do assunto, pois até então não teve movimentação referente ao assunto, visto que essas fiscalizações não estão sendo feitas, pois deve estar funcionando de acordo com as normas, e segundo o vereador, a prefeitura deve dar exemplo, neste mesmo sentido, relatou sobre os acontecimentos relacionados à Secretaria de Saúde, onde a Vigilância Sanitária interditou algumas salas, pois não havia condições de trabalho, que também deveria ser exemplo. Destacou sobre uma data vergonhosa para o Brasil e o Mundo, dia 13 de maio, o fim da escravidão de seres humanos, onde seres humanos já escravizaram seres humanos. Em relação ao corte de verbas do Governo Estadual, o Governo Municipal vem cortando verbas da Educação, merenda e uniforme ninguém fala nada. O vereador **Fernando Mallon** relatou que em 2014 o Ministério Público ingressou, no mesmo dia, com cinco ações de improbidade e quatro ações

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

penais contra o vereador, as últimas dizem respeito a quatro das ações de improbidade, sobre o caso da Pedagogia Hospitalar ação Civil Pública foi julgada improcedente, inclusive o Ministério Público pediu a improcedência e na ação Penal fora julgada improcedente, ambas em trânsito em julgado. Na questão da publicidade, em que foi feita uma ação, o Ministério Público não entrou com ação penal, mas entrou com ação de improbidade, e nesta o juiz não recebeu porque entendeu que não existia nenhum sinal de improbidade, esse processo está em recurso, pois o Ministério Público recorreu para tentar reabri-lo. Na questão da COEP a ação de improbidade foi julgada improcedente contra o vereador, a ex-secretária de Educação Adriane Ruzanowsky e contra a professora Teresinha Schimdt, a ação de improbidade transitou em julgado, não houve recursos para o Ministério Público, mas, como todos sabem houve a sentença de condenação criminal que está em grau de recurso. Na questão da Saúde, não foi julgado nem a ação penal e nem a ação civil pública, e especificamente a segunda ação não foi julgada ainda porque uma das requeridas faleceu e a família foi citada para entrar no lugar dela no processo, por este motivo está demorando mais. E a última ação foi envolvendo o Esporte, no chamado Projeto Segundo Tempo, a contratação de uma empresa para assessorar a captação de recursos, onde a decisão saiu nesta última quinta-feira, e mais uma vez fora inocentado na esfera da ação de improbidade junto com o falecido ex-presidente da FMD, o senhor Gilberto José Muehlbauer (vulgo Gibito), e na esfera criminal ainda não fora julgado. O vereador enfatizou para ter-se ideia do absurdo que fora essa ação, o Ministério Público pediu a condenação do senhor Gibito por conta de três contratos, de 2006, 2007 e 2008, sendo que o senhor Gibito só assinou o primeiro contrato e logo depois o mesmo fora exonerado, visto que em 2007 e 2008, não fazia mais parte, entretanto, o Ministério Público queria a condenação dele referente há esses anos. Neste em que saiu a condenação na quinta-feira, houve a condenação de dois envolvidos da empresa, mas o juiz entendeu que não houve nenhum prejuízo e nem superfaturamento, houve a condenação com base do artigo 11, por ofensa aos princípios da administração pública, com respeito ao senhor juiz o vereador entende que os argumentos usados para a sentença não procede e haverá recurso em favor deles, mas no caso do vereador, o mesmo fora absolvido por não ter demonstrado nenhuma participação de sua parte em qualquer motivo, até porque no contrato, em uma licitação feita pela FMD e o ex-presidente Gibito também foi inocentado porque não se verificou nada. Para deixar claro o painel de improbidades feitas pelo Ministério Público contra o vereador Fernando Mallon, mostra-se que das cinco ações de improbidade uma fora improcedente, segunda não recebida, terceira e quarta improcedentes, faltando apenas uma para ser julgada, onde esta já está em vias de ser julgada, tendo apenas que aguardar a questão da habilitação da família da requerida falecida, onde se entende que não houve nenhuma irregularidade e sim uma má interpretação, no sentido de má fé partindo do Ministério Público na verificação de certos fatos. O vereador também relatou que os vereadores apresentaram Moções de Repúdio e Apelo para a Assembleia Legislativa e ao Governador a respeito da UDESC, e o

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas” vereador editou sua foto de perfil do Facebook, escrito “Eu apoio Faculdade Pública”, pois o vereador e alguns membros de sua família vieram de Faculdade Federal de Santa Catarina e o mesmo relatou que existem as tais das “maças podres”, mas as imensas maiorias dos alunos da Universidade Federal de Santa Catarina são excelentes alunos, desta forma, o vereador não concorda e não aceita que se façam cortes na Educação e na Saúde, assim como colocou o vereador Edimar Geraldo Salomon. Não havendo mais nada a se tratar, o Senhor Presidente Peter Alexandre Kneubuehler agradeceu a presença de todos e convocou os vereadores para a próxima sessão ordinária, que se realizará no dia 16 de maio de 2019, às dezenove horas e encerrou esta sessão mandando lavrar a presente Ata. Sala das Sessões, 13 de maio de 2019.

PETER ALEXANDRE KNEUBUCHLER
Presidente

EDIMAR GERALDO SALOMON
Vice-Presidente

MARCO RODRIGO REDLICH
Primeiro Secretário

DAGUIMAR NOGUEIRA
Segundo Secretário

**CÉSAR AUGUSTO ACCORSI DE
GODOY**

CLAUDIOMAR WOTROBA

FERNANDO MALLON

JAIME PEDRO FERREIRA DE LIMA

JAIRSON SABINO

NIVALDO BOGO